

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO
DE SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA
DO 23º BPM COM VISTA À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

FLÁVIO SOUTO – CAP QOPM
LUSDENES RODRIGUES ALENCAR – CAP QOPM

Goiânia
2012

FLÁVIO SOUTO – CAP QOPM
LUSDENES RODRIGUES ALENCAR – CAP QOPM

AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA
DO 23ºBPM COM VISTA À PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Monografia elaborada e apresentada à
Academia de Polícia Militar do Estado de
Goiás, para atender exigência do currículo do
Curso de Especialização em Gerenciamento de
Segurança Pública (CEGESP/2011)

ORIENTADOR: MAJ QOPM Ronaldo Pereira Soares
ORIENTADOR METODOLÓGICO: Cel QOPM André L. Gomes Schroder

Goiânia
2012



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CEGESP/2012

Atestado de conformidade com a Avaliação Final do TTC CEGESP/2012

Orientador de Conteúdo: Ronaldo Pereira Soares – Maj QOPM

Orientador e Avaliador de Metodologia: André Luiz Gomes Schroder – Cel QOPM

Avaliador de Conteúdo: Enival Pereira Silva – Ten Cel QOPM

Avaliador de Conteúdo: Marcos de Bastos – Maj QOPM

Tema da Monografia: AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DESENVOLVIDAS PELA 2ª
CIA DO 23ºBPM COM VISTA A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Discentes: Flávio Souto – Cap QOPM
Lusdenes Rodrigues Alencar – Cap QOPM

Flávio Souto – Cap QOPM

Lusdenes Rodrigues Alencar – Cap QOPM

Atestamos que o presente trabalho está em conformidade com as observações
feitas por ocasião da sua avaliação final.

Goiânia, 04 de maio de 2012.

Ronaldo Pereira Soares – Maj QOPM

André Luiz Gomes Schroder – Cel QOPM

Enival Pereira Silva – Ten Cel QOPM

Marcos de Bastos – Maj QOPM

Carlos Antônio Borges – Ten Cel QOPM

Aos nossos familiares, pais, mães, esposas e filhos,
pelo apoio que nos foi dado para que pudéssemos concluir esta especialização,
compreendendo os nossos momentos de ausência e nos incentivando a continuar com nossos
ideais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao corpo docente do Comando da Academia de Polícia Militar, por ter contribuído com nossa especialização acadêmica, nos dando o norte a seguir.

Aos nossos familiares, por ajudarem ao longo destes meses, dando condições emocionais para que pudéssemos concluir com êxito esta valorosa jornada.

Ao orientador metodológico e aos de conteúdo, pela dedicação a nós dispensada, sempre orientando com competência e presteza para que, apesar do tempo exíguo, conseguíssemos fazer da melhor forma possível este trabalho.

“É comum não quereremos aceitar certos aspectos de nós mesmos.
Isso leva ao abuso de álcool, cigarros, drogas, comida etc.
É uma forma de nos castigarmos por não sermos perfeitos.
Mas... perfeitos para quem?

De quem são as exigências e expectativas que continuamos tentando atender?
Proponha-se a deixar ir embora de sua vida as exigências e os padrões de outras pessoas.
Sendo apenas você mesmo, descobrirá que é maravilhoso, exatamente como é neste instante.”

Louise L. Hay

RESUMO

O trabalho proposto trata-se de estudo de caso que pretende mostrar que as ações de Polícia Comunitária implantadas na 2ª CIA do 23º BPM são adequadas, eficientes e capazes de produzir uma melhor segurança à comunidade pela repressão e prevenção ao uso indevido de drogas com envolvimento popular, pelos resultados alcançados e pelas condições materiais e humanas que propiciaram o trabalho. Ao longo do estudo será contextualizada a filosofia de Polícia Comunitária, sua evolução, a implantação em Goiás e a importância da prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes na redução da criminalidade, além de apresentar conceitos sobre o trabalho comunitário e a construção de redes sociais. Para tanto, foi utilizado o método indutivo-dedutivo na espécie de indução formal, através de técnicas observacionais e o método comparativo com a apresentação dos resultados positivos obtidos. Ao final, o trabalho traz os resultados obtidos e a aceitação popular, averiguada pela aplicação de questionário, e comprova o aumento das prisões através de dados do COPOM, representados por gráficos que mostram a produtividade nos anos de 2010 e 2011. Conclui demonstrando a aceitação e participação social através de fotos das atividades, criação musical e relatos das “forças vivas”.

Palavras chave: Polícia Comunitária. Prevenção. Criminalidade. Redes Sociais.

ABSTRACT

The proposed work report it is a case study to show that the actions of the Community Policing deployed in 2^a Cia from 23^o BPM, are appropriate, efficient and capable of producing better security to the community by the repression and prevention drugs misuse with involving popular by results achieved and the material and human conditions that lone led the work. Throughout the study Will be contextualized philosophy for Community Policing and it's evolution to deployment in Goiás and the importance of preventing the misuse of narcotics in reducing crimes and to present concepts about the work Community and construction of the social networks. For both, the inductive method was used in the kind of deductive formal enduction using observation techniques and the comparative method with the presentation of positive results obtained. The end of the report presents the results and popular acceptance, ascertained by questionnaire, and demonstates the increase in arrests over COPOM data, represented by graphs showing the productivity in the years 2010 and 2011. Concludes demonstrating acceptance and public particypation actives through pictures, music creation and reports of "prime movers".

Keywords: Community Policing. Prevention. Criminality. Social Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Gráfico de pessoas detidas, por traficarem, portarem e/ou usarem drogas lícitas ou ilícitas na área da 2ª CDPM/23º BPM.....	31
Figura 2 – Gráfico de dinheiro apreendido com traficantes e/ou usuários de drogas ilícitas.....	31
Figura 3 – Gráfico de veículos, armas brancas e armas de fogo apreendidas com traficantes de drogas ilícitas na área da 2ª CDPM/23º BPM.....	32
Figura 4 – Gráfico total de drogas ilícitas apreendidas com traficantes e/ou usuários de drogas ilícitas, nos anos de 2009, 2010 e 2011, na área da 2ª CDPM/23º BPM.....	32
Figura 5 – Gráfico índice de satisfação com o Policiamento Comunitário.....	33
Figura 6 – Gráfico sobre notas atribuídas ao projeto social contra as drogas.....	34

LISTA DE SIGLAS

BPM – Batalhão de Polícia Militar
CAPS – Centros de Atenção Psicossocial
CBMGO – Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
CDL – Câmara de Dirigentes e Logistas
CDPM – Companhia Destacada de Polícia Militar
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CNM – Confederação Nacional dos Municípios
CONSEGS – Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social
COPOM – Centro de Operações da Polícia Militar
ONGS – Organizações Não Governamentais
PF – Polícia Federal
POP – Procedimento Operacional Padrão
PMGO – Polícia Militar de Goiás
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas
ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana
SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SSPJ – Secretaria de Segurança Pública e Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 POLÍCIA COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO.....	13
1.1 PAPEL DA POLÍCIA AO LONGO DA HISTÓRIA E O SURGIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	13
1.2 SURGIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS.....	18
1.3 A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E À VIOLÊNCIA.....	19
1.4 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E O TRABALHO EM REDE.....	21
2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.....	23
2.1 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE	24
2.2 MOBILIZAÇÃO DAS FORÇAS VIVAS.....	25
3 O RELATO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NOS MUNICIPIOS DE JARAGUÁ, SÃO FRANCISCO DE GOIÁS E JESÚPOLIS.....	27
4 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA DO 23º BPM.....	30
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA DO 23º BPM.....	40
ANEXO A - RELATOS DAS AUTORIDADES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS.....	43
ANEXO B – PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS JARAGUÁ/GOIÁS.....	50
ANEXO C - MÚSICA CRIADA.....	55

INTRODUÇÃO

Atendendo aos anseios das comunidades de Jaraguá, São Francisco e Jesúpolis, a Polícia Militar atuou de forma ativa na prevenção e combate às drogas, considerando que “diferentes tipos de substâncias psicoativas vêm sendo usados entre uma gama de finalidades que se estende desde um uso lúdico, com fins prazerosos até o desencadeamento de estado de êxtase, uso místico, curativo ou no contexto científico da atualidade” (SENAD, 2010, p. 115). A experimentação e o uso dessas substâncias crescem de forma consistente em todos os segmentos do país, tornando-se sério problema, pois oferecem a possibilidade de alterar as percepções, o humor e as sensações, causando problemas diversos na saúde dos usuários, sendo por vezes denominado como epidemia. Diante deste quadro, foi desenvolvido projeto social contra as drogas e as ações desenvolvidas contaram com envolvimento e participação da comunidade. O trabalho, realizado através do método indutivo-dedutivo na espécie de indução formal, utilizou de técnicas observacionais e de comparação com a apresentação dos resultados positivos obtidos, trazendo ao conhecimento da Corporação as atividades de prevenção às drogas desenvolvidas pela 2ª CIA do 23º BPM, nos anos de 2010 e 2011, com intuito de colaborar com apresentação de um modelo que trabalha a prevenção através da informação das famílias e da parceria entre a polícia e comunidade, sob a atuação da filosofia de Polícia Comunitária na prevenção ao uso indevido de drogas.

Vemos que os problemas sociais ocasionados pelo consumo de drogas têm sido o motor de toda a criminalidade, jovens que entram no vício e conseqüentemente no crime para manter esse vício, famílias que são destruídas, assassinatos, furtos e roubos que têm como fator gerador as drogas. Nesse aspecto, a maior contribuição deste trabalho será a diminuição do consumo de entorpecentes, devido à participação social, educação e envolvimento de todos contra esse problema que não é apenas policial, mas também social.

Devido aos resultados alcançados, com o envolvimento das “forças vivas” dos municípios, o aumento de denúncias e prisões de traficantes e a conseqüente redução da

criminalidade, fazem deste estudo uma oportunidade de analisar uma experiência local que tem obtido resultados satisfatórios na área de segurança pública.

No decorrer do trabalho são apresentados conceitos sobre Polícia Comunitária, a aplicação desta filosofia no Estado de Goiás. Discorreremos também sobre a violência e a importância da prevenção, a Polícia Comunitária e o trabalho em rede, além da mobilização social na prevenção ao uso de drogas e o estudo sobre os trabalhos desenvolvidos nos municípios de Jaraguá, São Francisco de Goiás e Jesúpolis. O estudo nos mostrará a importância do policiamento comunitário em rede, trazendo relatos de integrantes da comunidade acerca do trabalho realizado. Trará conceituações e conhecimentos sobre a filosofia de Polícia Comunitária e uma análise do projeto de prevenção ao uso indevido de drogas feito nos municípios citados acima.

Serão apresentados os resultados obtidos nos anos de 2010 e 2011 e como foi realizado o projeto, sua aceitação e participação social através de fotos das atividades, criação musical e relatos das forças vivas.

1 POLÍCIA COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO

Para entendermos um novo modelo de polícia em que se valoriza a prevenção é necessário estudarmos sua história, seus valores, suas crenças, as formas de relacionamento, a posição junto ao poder público e à sociedade, e as leis vigentes á época.

1.1 PAPEL DA POLÍCIA AO LONGO DA HISTÓRIA E O SURGIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A polícia nasceu da necessidade social de segurança. Essa necessidade foi uma das causas mais importantes para o agrupamento social. No entendimento de Marcineiro e Pacheco (2005), na pré-história, o homem vivia em estado de barbárie, onde imperava a lei do mais forte. Aquele que tinha maior força impunha a sua vontade e detinha o poder. Para se proteger, o homem passou a viver em agrupamentos, surgindo os primeiros núcleos sociais. Os grupos passaram a exigir que algumas regras de convivência fossem cumpridas, para que se mantivessem condições de sobrevivência em grupo, diferente do estado de barbárie em que o mais forte impunha a sua vontade. Estabeleceu-se, dentro do grupo, relações de poder que garantiam o cumprimento de regras imprescindíveis ao convívio social, sendo que foi atribuído a alguns integrantes do grupo a responsabilidade em fazer cumpri-las. Segundo Lazzarini et al (1987), a palavra Polícia deriva do latim, *politia*, que procede do grego, *politeia*, que tem o sentido de organização política, sistema de governo ou governo.

As polícias surgiram e foram se desenvolvendo de diferentes formas, mundo afora, mas mantendo em seu cerne a característica de fiscalizadora das normas, da ordem e das regras de convívio social. A cultura e o conhecimento histórico do surgimento das polícias

em diversos países, serve para que possamos entender as suas funções, seu desenvolvimento e suas formas de atuação.

A história demonstra que a evolução da polícia está intimamente vinculada à evolução do Estado e ligada à justiça (direito). Na antiguidade, os povos faziam justiça com as próprias mãos, defendendo os seus direitos pelo uso da força física. Só muito mais tarde, e em decorrência de longa evolução, é que houve a passagem da justiça privada para a justiça pública. A primeira forma de justiça foi definida como “vingança privada”, onde predominava a Lei de Talião: “olho por olho, dente por dente”, estabelecida ainda na Lei das XII Tábuas, até chegar aos dias de hoje, onde a lide se desenrola inteiramente diante de um juiz que é um funcionário do Estado, concursado e qualificado para exercer seu mister. E a polícia foi o órgão que possibilitou a passagem dessa justiça privada para a justiça pública, por serem os encarregados de fazer cumprir as leis.

No Brasil, com a vinda da Família Real, a Guarda Real de Polícia permaneceu em Portugal, sendo criada outra equivalente no Rio de Janeiro, com a denominação de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1809. A legislação imperial registra a criação de outros Corpos Policiais nas províncias. Em 1811 em Minas Gerais, 1818 no Pará, em 1820 no Maranhão, em 1825 na Bahia e em Pernambuco (FARIA, 2007).

Alicerçada a uma nova realidade imposta pelos anos, a Polícia Militar de Goiás atualiza-se e aprimora-se na prestação de sua missão constitucional. Diante disso, hoje uma das premissas da sua atividade é a ênfase na filosofia de Polícia Comunitária, conforme observamos por sua inclusão no Procedimento Operacional Padrão (POP, 2010), pelo Processo 210, com abrangência e padronização em todo o Estado. Apesar disso, ainda atuar fortemente na repressão, agindo de forma reativa à prática de crimes. Isso deriva, inclusive, de uma demanda social por serviços públicos, sendo que o órgão estatal mais próximo da comunidade é a polícia, por isso não são raras as solicitações de atendimento de ocorrência que são atinentes a outros órgãos e que acabam indo para os policiais tentarem solucionar.

Seguindo esse mesmo pensamento, Dallari (1996, p. 33) diz que “em virtude dos problemas sociais, a Polícia ganhou uma relevância muito especial. A sua responsabilidade é grande. Ela é acionada para resolver tudo”. Notamos que essa conclusão a que chegou o autor coaduna com o que acontece em nossa sociedade goiana. A polícia é acionada para “resolver” uma infinidade de litígios que algumas vezes fogem à sua competência e atribuição policial.

O policiamento comunitário surgiu dessa necessidade de aproximação entre a polícia e a comunidade e “cresceu a partir da concepção de que a polícia poderia responder de

modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades” (SKOLNICK; BAYLEY, 2003, p. 57).

As formas tradicionais, baseadas na reatividade e repressão após o cometimento de delitos, se revelam limitadas na inibição do crime. Na verdade, os policiais ficam isolados, geralmente em duplas, realizando patrulhamentos em viaturas, sem destino certo e aguardando o “chamado” do COPOM ou via celular funcional da viatura, no caso do Estado de Goiás, para atenderem uma ocorrência em que um crime, na maioria das vezes, já ocorreu.

Neste novo papel, a polícia deixa de ser um órgão utilizado para oprimir e coagir as pessoas, como historicamente observa-se em nosso país, para ser uma polícia que se envolve com os problemas locais enfrentados pela comunidade, interagindo e buscando soluções, utilizando de parcerias e princípios voltados para a proatividade das ações de segurança. Neste contexto, evoluímos para a filosofia de Polícia Comunitária, que apresenta uma ideologia adequada para nortear a conduta das polícias deste novo século. Retiramos da obra *Policimento comunitário: como começar*, de Robert Trajanowicz e Bonnie Bucqueroux, um conceito que retrata os princípios que regem essa polícia:

Policimento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (TRAJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p. 4).

Verificou-se que Trajanowicz e Bucqueroux (1994) pregam que a estratégia comunitária provoca modificações na tradicional forma de policiamento, onde se expandem as atividades de polícia, trabalhando e usando recursos comunitários para a resolução de problemas, além da descentralização das decisões. Os doutrinadores dessa disciplina são unânimes em afirmar que, na atual conjuntura, o policiamento comunitário é uma linha a se seguir e que melhor se adéqua à realidade de direitos e garantias fundamentais assegurados nos tratados internacionais e nas leis internas dos países. O valor deste policiamento se mostra duradouro e encoraja as forças policiais a prevenção do crime baseado na comunidade, enfatizando a interação com o público fora das situações de emergência, aumentando a contribuição social na definição de políticas e na descentralização do comando.

Skolnick e Bayley (2002) trazem conceitos atuais, que veremos logo adiante, que em sua maioria estão sendo implementados na Polícia Militar de Goiás, apesar de haver uma

resistência de policiais mais antigos e do policiamento tradicional (reativo), que é aquele onde viaturas, em patrulhamento, esperam o chamado via rádio para ir atender a uma ocorrência onde o crime já ocorreu. Algumas argumentações são citadas por aqueles que são contrários à nova forma de segurança pública. Sobre essa resistência evidenciamos:

O policiamento comunitário enfatiza o desenvolvimento de relações estreitas com o público. Pode-se concluir que, para alcançar tal objetivo, pode ficar prejudicada a determinação da polícia de realizar uma ação forte de repressão ao público, quando se fizer necessária. Durante a pesquisa na Inglaterra, nós ouvimos tais acusações sendo sustentadas tanto pelos policiais dos níveis mais baixos das corporações como pelos cidadãos comuns...É mais importante estabelecer a noção de que o policiamento comunitário não implica, de maneira alguma, menos rigor no policiamento. Pelo contrário, os programas direcionados para a prevenção do crime e para o auxílio às vítimas sugerem a preocupação, e não a negligência com a ordem pública (SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 102 - 103).

Para Skolnick e Bayley (2002, p. 18), “A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança.” A base desta filosofia é a proximidade com a comunidade, a parceria e a participação dos cidadãos para agirem como fiscais da segurança, criando o sentimento de responsabilidade pela segurança de seu bairro. Também a descentralização dos Comandos, o policiamento orientado para solução dos problemas e a proatividade são características inerentes ao policiamento comunitário. A prevenção do crime com base na comunidade é o objetivo último e a peça central do policiamento orientado para a comunidade. Os programas de vigilância de bairro podem variar quanto à iniciativa partir da polícia ou do público, quanto ao tamanho do bairro, à maneira de seleção dos líderes, quanto ao custo de participação dos envolvidos (Governo, ONG’S, líderes comunitários, Igreja, escolas, etc) e quanto ao nível de apoio dado pela polícia.

Todos os atributos dessa filosofia de polícia favoreceram-nos para a implantação de ações de polícia comunitária na 2ª Cia do 23º BPM, especificamente quanto à realização do projeto envolvendo toda a comunidade e autoridades na prevenção ao uso de drogas, o que nos subsidiou a fazer o estudo de caso que é nosso principal objetivo.

As novas possibilidades preventivas e repressivas de se combater o consumo de drogas, trazidos pela filosofia de Polícia Comunitária, tornaram-se fatores motivadores para desenvolver e implementar o projeto de prevenção ao uso de drogas no município de estudo desta monografia.

Portanto, é importante comentarmos sobre os efeitos devastadores dos entorpecentes, não apenas no organismo do usuário, mas no seio familiar e em toda a

sociedade. Começa pela desagregação familiar, desestruturando e diminuindo a autoridade familiar, por conseguinte, a perda de valores sociais e do convívio em sociedade, para posterior prática de pequenos delitos, como furtos, onde as *res furtivas* são trocados por drogas, para alimentar o vício do dependente químico. Em seguida, a prática de outros delitos, como roubos e, por fim, os homicídios ocasionados por dívidas com traficantes, disputas por locais de tráfico e “acerto de contas”. Estabelece-se assim a engrenagem que movimenta a criminalidade.

O fator econômico do crime é o que determina a expansão do tráfico, a busca pelo lucro ilícito incentiva a expansão dos entorpecentes em todos os rincões do nosso Estado. Em contrapartida, os gastos públicos e privados na sua prevenção e combate são apenas alguns dos elementos que compõem os custos do crime para a sociedade. Há outros (não menos importantes), como a redução do estoque de capital humano, a redução na qualidade de vida, a diminuição na atividade turística e a perda de atratividade de novos investimentos produtivos e/ou a expulsão dos existentes. No tocante ao efeito negativo sobre o estoque de capital humano, Carvalho (2007) estima que só em 2001 o prejuízo derivado das mortes por homicídios custaram ao país mais de nove bilhões de reais.

Sobre a expansão do tráfico de drogas, observou-se no Livro Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, o seguinte:

No Brasil, a idéia de uma suposta “explosão de uso” de drogas ilícitas a ser combatida foi aos poucos divulgada pela imprensa e assimilada pela opinião pública. Os primeiros estudos epidemiológicos realizados no Brasil, no final da década de 80, mostraram que, até aquele momento, o número de estudantes usuários de substâncias ilícitas era relativamente pequeno e estável. No entanto, alguns anos mais tarde, no início da década de 1990, o número de usuários de maconha e cocaína realmente começou a aumentar (SENAD, 2010, p. 332).

São várias as alterações comportamentais nos indivíduos que utilizam drogas. Assis (2011) entende que uso prolongado de substâncias psicoativas provoca alterações no cérebro, permanecendo por meses após o consumo. E conceitua a dependência em dois tipos: a comportamental e a física. Neste sentido, a comportamental está ligada a aspectos de alteração do comportamento, ligada à procura por drogas, enquanto na dependência física o corpo do dependente passa a sofrer por conta da abstinência, não conseguindo resistir à vontade fisiológica.

Diante desse cenário, evidenciou-se a necessidade e a oportunidade de se realizar o estudo de caso, do projeto aplicado no município de Jaraguá, pelos resultados obtidos na

prevenção e principalmente na participação popular, com engajamento em prol da fiscalização e redução do tráfico. Estabeleceu-se um vínculo em que a sociedade acredita e confia na ação da polícia, passando a denunciar os criminosos e a zelar e orientar seus familiares para evitar os encantos que as drogas oferecem.

1.2 SURGIMENTO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA EM GOIÁS

Assim como nos demais Estados onde o policiamento comunitário foi implantado, ocorreu um choque de ideologias, de pensamentos, sobre o papel exercido pela polícia, tanto dentro da instituição, como na sociedade. Essa mudança de comportamento operacional, aliada à característica de formação dos integrantes da PMGO, antes preponderantemente reativa, com pensamento voltado para combater a criminalidade, trouxe desconfiança na tropa, principalmente nos policiais mais antigos que duvidavam e desacreditavam da eficiência desta filosofia de policiamento.

A Secretaria de Segurança Pública de Goiás desencadeou uma política educacional, inserindo cursos na área de Polícia Comunitária, onde policiais fizeram cursos de multiplicador nacional de polícia comunitária e passaram a repassar essa filosofia.

Mais recentemente, surgiram os Conselhos Comunitário de Segurança – CONSEGS, criados pelo Decreto nº 6.249/05, que se traduzem por um grupo de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução de problemas comunitários de segurança. O art. 1º do referido Decreto assim define o CONSEG e sua área de atuação, *in verbis*:

Art. 1º Fica o Secretário da Segurança Pública e Justiça autorizado a criar Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social -CONSEGS destinados a colaborar na solução de problemas relacionados com a segurança da população.

§ 1º Constituirá base para atuação dos Conselhos a área correspondente a cada Distrito Policial ou a área do respectivo município.

§ 2º Mediante estudo detalhado sobre o índice de criminalidade, o número de habitantes e o grau de necessidade, poderão ser criados mais de um Conselho, numa mesma base, para atender às peculiaridades locais (GOIÁS, 2005).

Observa-se pelo Decreto nº 6.249 (GOIÁS, 2005) que os CONSEGS são entidades de apoio à polícia estadual nas relações comunitárias, sendo compostos por membros residentes e domiciliados na região do respectivo conselho, com representantes de

entidades comunitárias e culturais, lojas maçônicas, OAB, Conselho Tutelar, instituições religiosas e outros. É composto também por um corpo técnico com a presença de Delegado de Polícia titular, pelo comandante da Unidade Policial Militar da área do Distrito Policial ou do território do Município, pelo Comandante da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar, pelo Promotor de Justiça e por representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal.

O funcionamento dos CONSEGS é regulado por portaria expedida pelo Secretário de Segurança Pública.

O projeto piloto ocorreu na região leste de Goiânia, na Vila Pedroso, trazendo resultados animadores, ocasionados pela implementação de princípios filosóficos da Polícia Comunitária. Este trabalho recebeu o reconhecimento público, ao ganhar o prêmio de melhor do ramo no ano de 2004, promovido por uma empresa privada do ramo de comunicações, Governo Estadual e Ministério da Justiça.

Dando continuidade às ações voltadas às novas práticas de fazer segurança pública, a Polícia Militar de Goiás deu um passo extremamente importante na consolidação da filosofia de Polícia Comunitária, ao inserir no Procedimento Operacional Padrão, normas que padronizam e regulam as atividades policiais nesse contexto.

1.3 A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E A VIOLÊNCIA

É importante entender que a prevenção não é responsabilidade somente da polícia. Sua abrangência é muito maior e envolve toda a coletividade, pois é uma necessidade social de proteção e defesa.

O aumento do uso de drogas nos mostra a necessidade de planejamento de ações com objetivos preventivos adequados, isto porque está relacionado ao aumento da violência. E em sentido inverso, quanto maior a prevenção contra o uso de drogas, com a conseqüente diminuição, também provocará uma diminuição da violência.

Prevenir não é apenas banir a possibilidade do uso de drogas, mas também envolve uma série de fatores que favorecem o indivíduo a ter condições de fazer suas escolhas. O conceito de prevenção se ampliou a ponto de se colocar dentro do conceito de promoção de saúde.

Existem fatores que tornam as pessoas mais predispostas e a terem comportamentos que podem levar ao uso ou abuso de drogas, sendo definido como **fatores de risco**. Também há fatores que colaboram para que os indivíduos, mesmo que tenham contato com a droga, saibam se proteger, sendo definidos como **fatores de proteção** (SENAD, 2010).

É evidente a inter-relação do usuário com o contexto que o circunda. A habilidade social, a cooperação, a capacidade de resolver problemas, os vínculos positivos com pessoas, instituições e valores, a autonomia e a auto-estima desenvolvida são características ou fatores que fortalecem o indivíduo a não ser um dependente químico. Em contrapartida, a insegurança, a insatisfação com a vida, os sintomas depressivos, a curiosidade e a busca de prazer, são fatores que causam risco ao indivíduo, tornando-o mais exposto e vulnerável a se tornar um dependente químico (SENAD, 2010).

Não podemos esquecer que a família tem como função proteger seus filhos e ensinar-lhes a lidar com situação adversas, para entender e conviver com frustrações (SENAD, 2010).

Alguns fatores externos podem favorecer os jovens a utilizar psicotrópicos: a falta de dialogo dentro da família, a violência, a descrença nas instituições, a falta de condições e oportunidades de trabalho e lazer, e a falta de investimento em prevenção e tratamento.

Se o jovem vem de uma família desorganizada, mas encontra em sua vida um grupo comunitário que faz seu asseguramento, oferecendo-lhe alternativas de lazer e de desenvolvimento de habilidades pessoais, pode vir a ter sua formação garantida, aprendendo a criticar e se responsabilizar por si próprio e pelo seu grupo social (SENAD, 2010, p.136).

Para se fazer a prevenção é necessária a preparação de uma equipe, com definição de objetivos e a interação com a comunidade, levando-se em consideração a realidade externa que interfere e prejudica, além dos fatores internos, os fatores familiares e emocionais que agem sobre os indivíduos. Vemos que ações preventivas na comunidade podem ser feitas por diferentes modelos, entre eles o desenvolvido na 2ª Cia do 23º BPM, nos anos de 2010 e 2011, onde houve a participação da população, das famílias, das instituições religiosas, do Ministério Público e de diversos órgãos do Estado, como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. Todos com objetivo comum que é prevenir o uso das drogas e, conseqüentemente, prevenir a incidência de crimes correlatos ou derivados do tráfico de drogas, como extorsões, lesões corporais, ameaças, furtos, roubos e homicídios.

1.4 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E O TRABALHO EM REDE

O modelo tradicional, baseado na repressão que estigmatiza o usuário e promove o amedrontamento da população, está superado. A prevenção do uso de drogas vem evoluindo com a construção de um novo enfoque, voltado na valorização da vida e na participação da comunidade.

Esse novo enfoque preocupa-se em reduzir a procura por drogas, limitando o acesso de jovens e crianças, através da conscientização da população sobre o uso de drogas, procurando soluções com o envolvimento da sociedade, utilizando os recursos disponíveis na comunidade e criando vínculos produtivos (SENAD, 2010).

A filosofia de policiamento comunitário facilita a formação de redes sociais voltadas para a inibição do tráfico de drogas pela participação popular, com interação das forças estatais, organizações não governamentais, empresas, instituições religiosas, escolas, Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGS, líderes comunitários, associações de moradores e demais órgãos representativos disponíveis na comunidade.

O trabalho em rede configura-se pela participação de todos, ou seja, cria-se verdadeira rede de proteção contra as drogas. Fecha-se o cerco, por onde a droga possa achar espaço e crescer. Diante disso, vemos que são objetivos das Redes Sociais:

Favorecer o estabelecimento de vínculos positivos, por meio da interação entre indivíduos; oportunizar um espaço para reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; estimular o exercício da solidariedade e da cidadania; mobilizar pessoas, grupos e instituições para a utilização de recursos existentes na própria comunidade; estabelecer parcerias entre setores governamentais e não-governamentais, para implementar programas de orientação e prevenção, pertinentes a problemas específicos apresentados pelo grupo (SENAD, 2010, p. 153).

Com o implemento das redes sociais o traficante encontrará dificuldades em estabelecer seu negócio nas escolas, pelos laços de confiança criados entre estudantes, professores e policiais, também pela auto-estima elevada e por conhecer os malefícios do uso. O traficante não encontrará facilidades em se estabelecer em uma comunidade que denuncia e zela de seus jovens e crianças. O traficante encontrará maior dificuldade em seu intento se a comunidade dispuser de infra-estrutura estatal (asfalto, saneamento básico, escolas, creches, hospitais, etc.) e gostar do local onde vive. E, principalmente, famílias bem estruturadas que

exercem o papel educativo junto aos filhos, sem o autoritarismo exagerado, inibem as chances da entrada de drogas em suas casas.

Ao mesmo tempo que a prevenção do uso abusivo de drogas exige conhecimentos especializados, o trabalho comunitário de construção das redes sociais mostra que a prevenção é função de todos os cidadãos. Cada pessoa tem um papel a desempenhar e uma competência a oferecer para o objetivo comum de articular e de sustentar a rede social. Inicia-se, assim, um processo de construção de um novo saber. O saber popular junta-se ao saber acadêmico e ao saber político para construir um saber comum a todos. (SENAD, 2010, p.168)

A construção de soluções coletivas para esse problema que na atualidade ganha status de “epidemia”, apresenta-se como a melhor alternativa para diminuir a incidência de pessoas dependentes das drogas e conseqüentemente a diminuição de ilícitos penais que têm como fator gerador o tráfico.

2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos, convocando vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.

Toda mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (TORO; WERNECK, 2004).

A somatória de esforços é determinante para que a segurança pública consiga desenvolver um trabalho satisfatório à população, porque as demandas por serviço são infinitas, mas os recursos humanos e materiais disponibilizados pelo Estado são limitados. Daí a importância da mobilização e da participação dos cidadãos na segurança pública, pois conforme preceitua o art. 144 da Constituição Federal, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Com base na percepção dessa realidade e atendendo aos anseios da comunidade de Jaraguá e região, a Polícia Militar local, juntamente com pessoas chaves da comunidade, mobilizaram membros dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, autoridades religiosas e toda comunidade para atuarem como coadjuvantes na prevenção ao uso indevido de drogas na região.

A mobilização de pessoas para atuar na prevenção contra o uso de drogas depende das famílias, das escolas, das instituições religiosas e de todos os órgãos governamentais e

não-governamentais, já que o problema da droga não é responsabilidade apenas da polícia. A situação se complica quando a família é desestruturada, o que facilita a entrada do vício no convívio familiar.

Observa-se que não é apenas uma questão de polícia, mas também de saúde pública. Nessa ótica, a prevenção é a melhor forma de ajudar a combater esse mal.

A atuação do policiamento comunitário desenvolvido na região de Jaraguá, no ano de 2010, foi um marco no que tange ao envolvimento da polícia com a comunidade.

A grande vitória do trabalho realizado durante o ano de 2010 e 2011 traduziu-se pelo envolvimento de toda comunidade no projeto de prevenção às drogas junto com a Polícia Militar, através de seus integrantes e das demais autoridades públicas, órgãos estatais e organizações privadas.

O trabalho desenvolvido nas escolas e igrejas foi essencial para o envolvimento das famílias, que tomaram conhecimento da mobilização, através do trabalho desenvolvido pelos alunos e religiosos que participaram de forma ativa no processo de conscientização.

A participação popular foi essencial para que o trabalho de prevenção apresentasse os efeitos esperados pela equipe organizadora, que iniciou a formatação do projeto em meados do ano de 2010, na sede do Corpo de Bombeiros do município de Jaraguá.

2.1 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A mobilização social em Jaraguá, São Francisco de Goiás e Jesópolis começou no início do ano de 2010, com a efetivação do policiamento comunitário, a polícia mais próxima da comunidade e a população colaborando com a segurança pública dos municípios, entendendo o verdadeiro papel da Polícia Militar.

O policiamento comunitário significou uma ferramenta importante nesse processo. Os policiais militares receberam a diretriz de trabalho a ser desenvolvida e passaram, em um primeiro momento, a realizar o policiamento tradicional com muito respeito e educação à comunidade, servindo e dando sempre a maior atenção às reivindicações das pessoas envolvidas em ocorrência. O período de transição ainda existe: a cultura do policiamento tradicional é sólida e o caminho da mudança não é fácil e deve ser um processo contínuo.

Todo trabalho desenvolvido pela Polícia Militar era levado ao conhecimento da população, através de jornais, rádio e internet. A divulgação na mídia foi essencial nas ações

proativas realizadas pela PM, conquistando a confiança da comunidade que tem uma grande admiração pelos militares.

O trabalho de palestra em escolas foi extremamente importante na orientação do público, bem como, a parceria estabelecida com os grandes formadores de opinião, que são os educadores que trabalharam o tema em sala de aula e envolveram a comunidade escolar no projeto de prevenção. Os traficantes que descobriram que as escolas são locais privilegiados de interação entre os jovens passaram a ter dificuldade em envolvê-los e se afastaram com a presença da PM e as informações passadas aos jovens aumentou circunstancialmente o número de denúncias pelo 190, bem como o número de prisões.

2.2 MOBILIZAÇÃO DAS FORÇAS VIVAS

O trabalho desenvolvido no ano de 2010 pela PMGO e CBMGO foi essencial para conquistar a confiança das forças vivas, que enxergaram a Polícia Militar como parceira de peso nas ações desenvolvidas por cada instituição. A primeira parceria se deu em reunião de trabalho entre a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e representantes da pastoral da educação.

Na ocasião foi avaliado todo trabalho desenvolvido pelas instituições onde despertou-se a necessidade de trabalhar em rede, envolver as famílias através de uma mobilização na prevenção às drogas com a participação de todos, principalmente das famílias.

O trabalho em um único projeto foi a meta para o ano de 2011. O objetivo foi envolver toda população, para que o trabalho desenvolvido por cada Instituição fosse levado em consideração: a Polícia Militar com o PROERD, o Corpo de Bombeiros Militar com Bombeiro Mirim, a igreja católica com a Pastoral da Educação, a maçonaria com o Maçonaria sem Drogas, os evangélicos com trabalho de resgate na comunidade e as escolas com trabalho desenvolvido na Semana Nacional de Prevenção às Drogas no mês de junho.

Na reunião ficaram decididas as ações de cada Instituição em um mesmo projeto, onde cada um teria papel a desempenhar, através de ações coordenadas pela PMGO e Bombeiros. O projeto também foi desenvolvido no município de Santa Terezinha de Goiás, pela PMGO, fazendo as adaptações necessárias às realidades e necessidades da região.

O projeto foi formatado para ser desenvolvido em qualquer cidade e tinha como principal objetivo o trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas, através da orientação e da participação social como diferencial.

O projeto foi criado para ser ecumênico, sem partido político, um verdadeiro projeto social desenvolvido a baixo custo, que chamasse a atenção de todos e despertasse na comunidade e autoridades constituídas a importância da prevenção às drogas.

A participação das autoridades tornou-se uma obrigação, devido ao apelo social para o problema que passou a ser constantemente divulgado na imprensa local. A participação das igrejas passou a ser uma obrigação cristã e o envolvimento social da comunidade foi uma consequência esperada através do trabalho desenvolvido no ano anterior, na verdade uma cobrança do que já tinha sido oferecido, anteriormente, principalmente nas escolas e nos bairros através das reuniões comunitárias.

No intuito de selar o compromisso das autoridades com o projeto, a equipe organizadora visitou cada autoridade apresentando o que já tinha sido produzido e registrando o encontro com fotos, divulgando as visitas, na mídia, e repassando todas futuras ações para participação da autoridade, bem como, dos funcionários específicos a cada órgão parceiro, o que realmente aconteceu nos dias dos eventos, que foram programados nos municípios de atuação.

O projeto desenvolvido chamou a atenção do Secretário de Segurança Pública de Goiás, Dr. João Furtado, que parou suas atividades para receber a equipe organizadora e registrar a visita. No final da mesma, foi cantada uma música, tema do projeto, a qual deixou o Secretário bastante emocionado. O mesmo garantiu ainda total apoio aos organizadores e elogiou a iniciativa do projeto.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA NOS MUNICÍPIOS DE JARAGUÁ, SÃO FRANCISCO DE GOIÁS E JESÚPOLIS

Os trabalhos de prevenção iniciaram em 2010, no intuito de atender aos anseios da comunidade local, que noticiava um grande número de jovens e pessoas envolvidas com drogas na cidade de Jaraguá. O contato foi realizado com vários segmentos da sociedade, que apoiaram o trabalho e estabeleceram parcerias.

O trabalho de mobilização começou ainda em 2010, realizando palestras em todas as escolas municipais, estaduais e particulares da cidade, bem como nas igrejas católicas e evangélicas. Sentindo a necessidade de que algo maior deveria ser feito e contando com a ajuda e o apoio de algumas pessoas, no intuito de envolver as famílias na prevenção, foi realizado um planejamento para desenvolver ações com maior participação da comunidade no ano de 2011.

A primeira reunião foi no dia 04 Mar 2011 no Corpo de Bombeiros, onde estiveram presentes: Capitão Lusdenes (PM), Capitão Thiago Abdala (Corpo de Bombeiros), Vera Bravo e Gláucia Matias integrantes da Pastoral da Educação. Nessa reunião foi apresentado modelo de projeto desenvolvido em Santa Terezinha de Goiás pelo Cap Lusdenes que poderia ser formatado para a realidade local, sendo denominado “Projeto Social Contra o Uso Indevido de Drogas”, também já ficando pronto o cronograma com as próximas ações da equipe.

O cronograma foi proposto e as datas estipuladas para desenvolvimento dos trabalhos. No mês de março aconteceu reunião para apresentar o projeto às autoridades civis, militares e eclesiásticas, à Associação Comercial e à Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL). Foi estabelecido contato e criada uma equipe para avaliação dos trabalhos.

Nos meses de março e abril as escolas deveriam trabalhar o tema DROGAS, com as seguintes estratégias: criação do slogan e de logomarca própria da campanha, palestras, redação, poesias, cartazes, teatros, apresentações artísticas, criação de músicas e atividades

desportivas. As Igrejas também deveriam trabalhar o tema por meio de músicas e apresentações artísticas.

No mês de maio foram confeccionados todos os materiais: camisetas, adesivos, bonés e objetos alusivos à campanha, além da confecção de faixas alusivas à semana de mobilização, que foram distribuídas em toda cidade com frases de impacto.

Foram também realizadas palestras para multiplicadores e solicitadas parcerias com todas as autoridades.

No mês de junho foram realizados dois eventos como fechamento dos trabalhos em Jaraguá: carreata e apresentação cultural na praça central da cidade.

Os objetivos imediatos, a partir de então, seriam: reunir com autoridades civis, militares, eclesiásticas, membros da Associação Comercial e Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL), bem como ministrar palestras aos possíveis multiplicadores (professores), buscar parcerias públicas e privadas, criar o *slogam* e a logomarca da campanha, organizar uma carreata alusiva à campanha, criar uma equipe para avaliação dos trabalhos artísticos propostos às escolas.

O lançamento oficial do Projeto Social Contra o Uso Indevido de Drogas aconteceu em 29 Mar 2011, no Palácio do Sol, onde estiveram presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas de Jaraguá, São Francisco de Goiás e Jesópolis, municípios onde também foi desenvolvido o projeto.

Durante a execução do projeto, foi realizada reunião com líderes religiosos católicos e evangélicos e ficou acordado que fosse criada uma música que falasse sobre drogas, e no prazo de 24 horas Joaquim do Prado, um cidadão jaraguense e agente comunitário de saúde, compôs a letra e melodia da musica tema com o título: **Jaraguá, a droga não é vida!** Desde então, ele tem nos acompanhado incessantemente nessa batalha contra as drogas para cantar a música por ele composta. A proposta da música tinha como objetivo criar identidade local para o trabalho e incluir a musicoterapia nas atividades

Foi estabelecida a visita, pelo menos duas vezes por semana, às rádios locais, para divulgar os trabalhos de conscientização da sociedade do mal que a droga causa na sociedade, na família e em nossas vidas. Aconteceram reuniões com todos os diretores e professores das escolas municipais, estaduais e particulares, levando a mensagem e pedindo o apoio de todos. Com as visitas nas escolas e às rádios pedimos que a comunidade nos ajudasse a criar um *slogam* para o projeto que tivesse identidade com o município. Recebemos várias idéias e o

slogam escolhido foi criado pelo jovem cidadão jaraguense, fisioterapeuta Samuel Lacerda no dia 11 Mai 2011, e diz o seguinte: **Na Capital das Confeções, a Droga Não é Moda!**

O projeto foi apresentado ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr João Furtado, no dia 26 Mai 2011, no prédio da secretaria de segurança. Após a reunião, todos os funcionários da casa pararam para ouvir a execução da musica tema do Projeto. Saímos de lá motivados devido ao apoio recebido por parte do secretário que nos recebeu gentilmente e solicitou o projeto para que pudesse ser desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública e Justiça.

O projeto foi apresentado no dia 05 Jun 2011 ao Bispo Diocesano Dom João Wilk que nos recebeu prontamente, quando na ocasião lhe foi entregue a camiseta do projeto pelos Capitães Lusdenes (PM) e Thiago Abdala (Bombeiro).

Foi realizada movimentação da equipe na entrada da Rainha - Cavalhadas (Festa tradicional da cidade) no dia 11 Jun 2011. Neste mesmo dia o projeto foi apresentado ao Padre Zezinho, que estava cidade para um show, e o recebeu prontamente.

Além de tudo isso, a população jaraguense aderiu de coração ao projeto, pois as igrejas, escolas e comércio local confeccionaram os adesivos e camisetas que abrilhantaram ainda mais a mobilização social, sendo confeccionadas aproximadamente cinco mil camisetas e cinco mil adesivos.

Na tarde do dia 17 Jun 2011 foi realizado uma grande carreata com a participação de um mil carros e envolveu aproximadamente seis mil pessoas, que saíram pelas ruas da cidade de Jaraguá, demonstrando que estavam apoiando e também pedindo a Deus à libertação desse mal que é a droga.

O Projeto foi finalizado no dia 18 Jun 2011 na Praça do Coreto, com apresentações de várias peças teatrais e músicas criadas pelas escolas. Em seguida, tivemos a apresentação da Banda Musical da Polícia Militar, que animou as centenas de pessoas que estavam presentes no local.

4 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA DO 23º BPM

Sobre polícia comunitária e o projeto de prevenção às drogas lícitas e ilícitas realizada na área da 2ª CDPM/23º BPM, saímos à rua e aplicamos questionário a 10 (dez) pessoas em Jesópolis e 90 (noventa) em Jaraguá, totalizando o número de 100 (cem) pessoas entrevistadas. E obtivemos os resultados, que serão apresentados em seguida.

Os resultados positivos das ações desenvolvidas pela 2ª Cia do 23º BPM, foram constatados conforme pesquisa de satisfação e de gráficos de desempenho das ocorrências policiais militares registradas nos anos de 2009, 2010 e 2011. Observa-se que no ano de 2009, ano em que não se realizou o projeto, os índices de prisões e flagrantes foram bem menores, ocasionados pela falta de proximidade e desconfiança da comunidade local em denunciar os criminosos.

A figura 1 traz os dados das detenções realizadas de traficantes e/ou usuários de drogas ilícitas, com seus respectivos resultados: atuações em flagrantes e termos circunstanciados de ocorrências. Chama atenção que após a intensificação do policiamento comunitário em 2010 e 2011, que do total das detenções, 2009 representa 20%, 2010 32% e 2011 48%, ou seja, o ano de 2011 resultou em mais que o dobro das detenções realizadas em 2009. Isto se deve a um policiamento mais proativo e à maior participação da sociedade. Conforme já citado nesta monografia, a confiança e a credibilidade estabelecidas possibilitaram a comunidade ter coragem de noticiar os crimes pelo 190, o que não acontecia, além de prisões que ocorreram a partir de informações e visitas comunitárias realizadas nos setores.

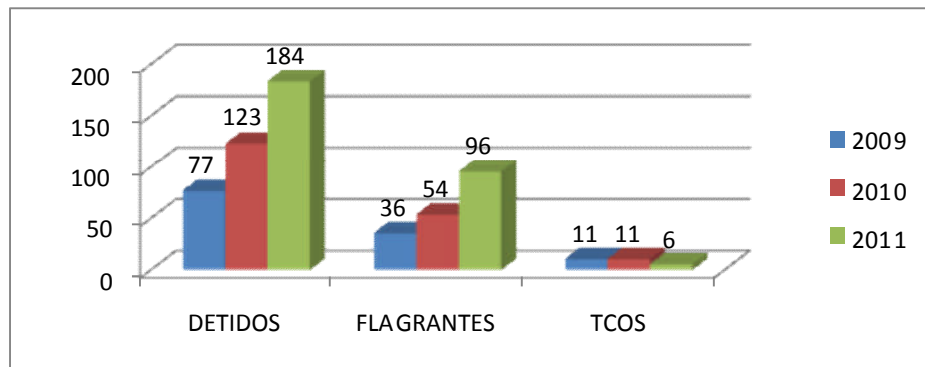


Figura 1: Gráfico comparativo do número de pessoas detidas e resultados nos anos de 2009, 2010 e 2011, por traficarem, portarem e/ou usarem drogas lícitas ou ilícitas na área da 2ª CDPM/23º BPM.
Fonte: BOPM(s) DA 2ª CDPM/23º BPM.

Ao observar a figura 2, podemos identificar que, do total de dinheiro apreendido do tráfico de drogas na área da 2ª CDPM/23º BPM no mesmo período, em 2009 foi apreendido R\$ 1.020,00 reais (6%). Este número em 2010 passou para R\$ 6.024,00 reais (34%) e em 2011 aumentou para R\$ 10.499,86 reais o que representa 60%, ou seja, um prejuízo enorme para os traficantes e aumentando assim a segurança da sociedade, possibilitado devido à aplicação da Polícia Comunitária.



Figura 2: Dinheiro apreendido com traficantes e/ou usuários drogas ilícitas, nos anos de 2009, 2010 e 2011, na área da 2ª CDPM/23º BPM.
Fonte: BOPM(s) DA 2ª CDPM/23º BPM

Já a figura 3 ilustra que foram retirados dos traficantes um número de veículos e armas muito grande em 2010 (34 veículos, 53 armas brancas e 8 armas de fogo), em relação a 2009 (28 veículos, 2 armas brancas e nenhuma arma de fogo). Esse número começou a diminuir em 2011 (27 veículos, 41 armas brancas e 3 armas de fogo), provando que com a aplicação do policiamento comunitário, estamos cumprindo com nossa missão constitucional que é prevenir o acontecimento do crime.

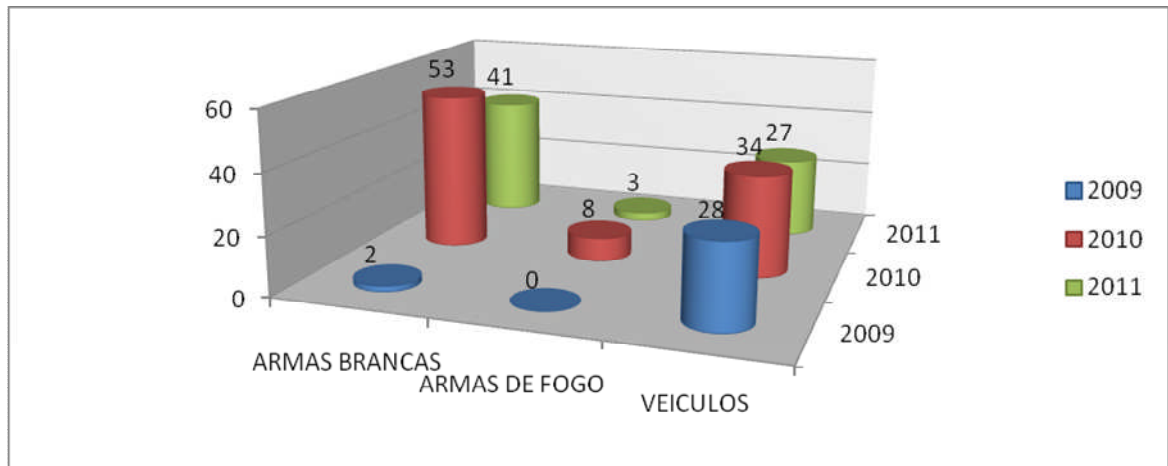


Figura 3: Total de veículos, armas brancas e armas de fogo apreendidas com traficantes de drogas ilícitas, nos anos de 2009,2010 e 2011, na área da 2ª CDPM/23º BPM.

Fonte: BOPM(s) DA 2ª CDPM/23º BPM

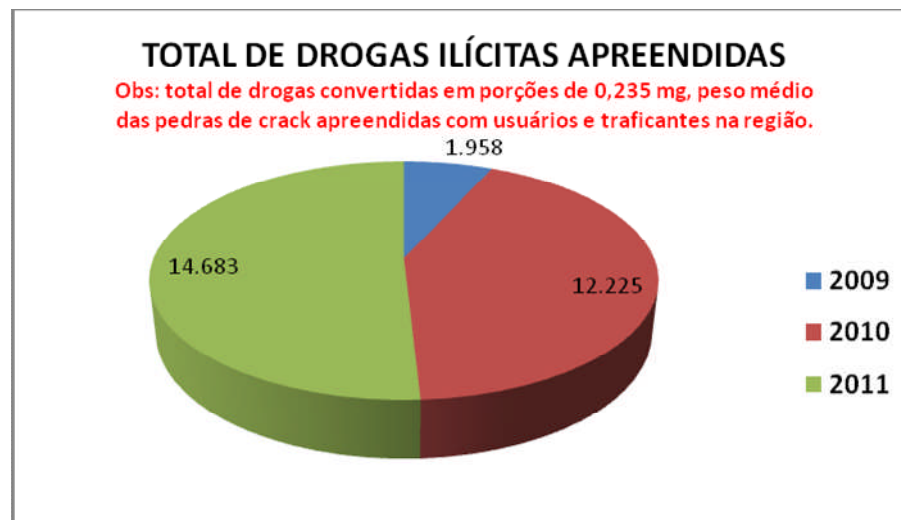


Figura 4: Total de drogas ilícitas apreendidas com traficantes e/ou usuários drogas ilícitas, nos anos de 2009,2010 e 2011, na área da 2ª CDPM/23º BPM.

Fonte: BOPM(s) DA 2ª CDPM/23º BPM

De acordo com os dados da figura 4, pode-se constatar que o número de apreensões de drogas ilícitas aumentou de 7% em 2009 para 42% em 2010 e 51% em 2011. De 2010 para 2011 o aumento das apreensões não foi demasiado grande, como de 2009 para 2010, devido ao fato de, como observamos nas figuras 1, 2 e 3, o número de traficantes retirados das ruas ser grande, a finança do tráfico ter sentido grande golpe com as apreensões de dinheiro, a locomoção dos traficantes ter sido prejudicada com as apreensões de seus veículos e as armas utilizadas para oprimir a população terem sido retiradas de circulação.

A análise das ocorrências policiais permitiu verificar que, a partir do momento que o trabalho junto à comunidade se iniciou, as prisões aumentaram consideravelmente, é

claro, pelas informações que começaram a ser repassadas pela própria comunidade, que passou a confiar no trabalho da polícia e a tomar conhecimento das ações policiais pelas mídias locais.

A imagem da PMGO junto à comunidade mudou, o gelo foi quebrado e o trabalho sério e em parceria está sendo valorizado. Os policiais estão motivados com o reconhecimento social e passam, cada dia mais, a desempenhar uma segurança pública voltada à melhoria da qualidade de vida da região.

Podemos concluir que a sociedade está alcançável, e com trabalho, dedicação e compromisso, estamos conseguindo por etapas, alcançar nosso objetivo que é uma cidade mais segura. E o diferencial para a conquista deste objetivo chama-se: **“POLÍCIA COMUNITÁRIA”**.

A figura 5 esboça a aceitação da polícia comunitária no município, tendo 10% dos entrevistados avaliado como regular, 55% como boa e 35% como ótima.



Figura 5: Gráfico do índice de satisfação com o Policiamento Comunitário
Fonte: Pesquisa aplicada com moradores da área da 2ª CDPM/23º BPM.

A figura 6 ilustra a avaliação em notas atribuídas pelos entrevistados ao Projeto de prevenção às drogas, que teve sua 1ª etapa desenvolvida na área da 2ª CDPM/23º BPM em 2011. Dos 100 entrevistados, 1 pessoa deu nota de 0 a 3, 1 de 4 a 5, 27 de 6 a 8, 18 deram nota 9 e 53 pessoas atribuíram nota máxima(10) ao projeto.

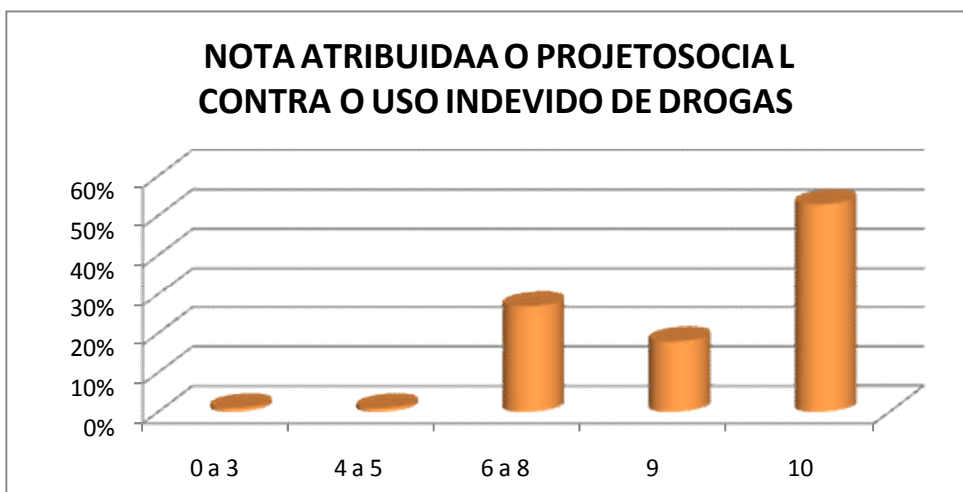


Figura 6: Gráfico das notas atribuídas ao projeto social contra o uso indevido de drogas
Fonte: Pesquisa aplicada com moradores da área da 2ª CDPM/23º BPM.

CONCLUSÃO

Do presente trabalho, evidencia-se que a criminalidade e o uso e comércio de drogas se alastra por todo o país, alcançando não só as grandes metrópoles, mas também os municípios interioranos. As drogas representam um motor gerador da criminalidade, onde usuários, para manter seu vício, entram no mundo do crime. Passam a cometer pequenos furtos dentro da residência, desagregando as famílias. Depois evoluem na escala do crime, praticando furtos e roubos a pessoas e estabelecimentos comerciais. Ocorre também uma escalada nos crimes contra a vida, ameaças, lesões corporais, homicídios e outros, decorrentes de dívidas com traficantes, disputas por ponto de drogas, ocasionados durante a prática de roubos e em virtude do efeito alucinógeno provocado no agressor social.

Em detrimento desse cenário atual, diante do clamor social, a 2ª Cia do 23º BPM elaborou e realizou trabalho de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes, com a comunidade dos municípios de Jaraguá, São Francisco de Goiás e Jesúpolis. O trabalho foi realizado nos anos de 2010 e 2011 e contou com a participação de órgãos estatais, municipais, instituições religiosas, Ministério Público e comunidade em geral.

Como podemos extrair do estudo de caso das ações desenvolvidas pela 2ª Cia do 23º BPM os resultados obtidos foram significativos. No ano 2011, tivemos mais que o dobro de detenções de traficantes e/ou usuários de drogas ilícitas se compararmos com o ano 2009, isto se deve a um policiamento mais proativo, conforme observa-se pela figura 01, desta monografia.

A maior eficiência, que ocorreu em decorrência das ações de Polícia Comunitária, também se evidencia por um número maior de veículos, dinheiro e armas de fogo e branca apreendidos com traficantes, conforme ilustra as figuras 2 e 3, provando que com a aplicação do policiamento comunitário, aumenta-se a prevenção do acontecimento do crime.

Pode-se constatar, pela observação da figura 4, que a quantidade de apreensões de drogas ilícitas aumentou consideravelmente nos anos 2010 e 2011, se comparado ao ano de 2009.

Pela análise das ocorrências policiais verificou-se uma maior efetividade nas ações preventivas, impulsionadas pelo envolvimento social onde mais informações passaram a ser repassadas pela comunidade, em razão da confiança no trabalho da polícia.

Foi aplicado questionário em 100 (cem) pessoas, 10 (dez) em Jesópolis e 90 (noventa) em Jaraguá, onde foram feitas 06 perguntas com intuito de verificar o índice de satisfação com o Policiamento Comunitário e a nota atribuída ao projeto. Os resultados foram representados graficamente, conforme figuras 5 e 6, onde corroboram que as ações preventivas ao uso de drogas foram adequadas, eficientes e capazes de produzir uma melhor segurança à comunidade pela repressão e prevenção.

Ao final ficou demonstrado que as ações desenvolvidas pela 2ª CIA do 23º BPM aproximaram a polícia da comunidade e reduziram a criminalidade, pela ênfase dada à prevenção ao uso indevido de drogas. Ficou demonstrado também que a contribuição da mobilização social foi fundamental para os bons resultados. Essa mobilização pode ser confirmada pelas fotos e música em anexo, onde se destaca a foto da carreata do projeto social que contou com cerca de 06 (seis) mil pessoas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, V. M. R.; FREIRE, C. R. S. **Alcoolismo e as Implicações Laborais e na Saúde do Policial Militar do Estado de Goiás no Período de Janeiro de 1996 a outubro de 2003**. 2004. 87 f. Monografia (Especialização em Toxicologia Profissionalizante) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

AMORIM, B. S.; ALMEIDA, W. A. **Implantação do Policiamento Comunitário no Parque Atheneu Região Sul de Goiânia**. 2010. 14 f. Monografia (Conclusão de Curso de Gestor em Segurança Pública) - Faculdade Lions, Goiânia, 2010.

ASSIS, Wesley Oliveira. **Dependência Química: experiências em psicoeducação**. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma análise internacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Antônio Manoel Rezende. **Manual de elaboração e apresentação de trabalhos de iniciação científica**. Goiânia: Associação Goiana de Ensino, 2007.

CARVALHO, A. X., C. **Custos das mortes por causas externas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Papel da Polícia no Regime Democrático**. São Paulo: Mageart, 1996.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em Nome da Ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007.

GOIÁS. Decreto nº 6.249, de 20 de setembro de 2005. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social – CONSEGS e dá outras providências, Goiânia, 2005. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=855. Acesso em: 20 mar.2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAZZARINI, Álvaro et al. **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. **Polícia Comunitária: Evoluindo para polícia do século XXI**. Florianópolis : Insular, 2005.

POLICIA MILITAR DE GOIÁS, **Procedimento Operacional Padrão: POP**. Goiânia: PMGO, 2010.

SENAD, SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Prevenção ao Uso Indevido de Drogas**: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. Brasília: Presidência da República , 2010.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policamento Comunitário**: Questões e Práticas através do Mundo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policamento Comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELA 2ª CIA DO 23º BPM**

**COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CEGESP – 2011/2012
QUESTIONÁRIO**

O PRESENTE QUESTIONÁRIO VISA SUBSIDIAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CEGESP-2011/2012, TEM COMO TEMA: “POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS, NA ÁREA DA 2ª CDPM/23º BPM/10º CRPM”.

-Responsável: Capitão QOPM – LUSDENES Rodrigues Alencar.

(Dados do entrevistado(a))

NOME: _____.

PROFISSÃO: _____.

EMPRESA/ORGÃO: _____.

1) Como o Senhor(a) avalia a atual política de aproximação com a sociedade, desenvolvida pela PMGO?

Ruim;

Regular;

Boa;

Ótima;

RUIM=00; REGULAR=10; BOA=55 E ÓTIMA=35.

Percebemos que as pessoas estão satisfeitas com a atuação da PM, e que quando apontam melhoramentos, direciona à PM papel que compete a postura do município, conselho tutelar, prefeitura, policia civil, etc.

2) O novo modelo de atuação da Policia militar, em sua opinião, tem contribuído para diminuir a criminalidade?

Sim;

Não.

SIM=99; NÃO=01.

3) O Senhor (a) tomou conhecimento do Projeto de Prevenção às Drogas, desenvolvido em Jaraguá com o slogan “NA CAPITAL DAS CONFECÇÕES A DROGA NÃO É MODA”?

Sim;

Não.

SIM=100; NÃO=00.

4) Caso positivo, qual nota o Senhor(a) atribui ao projeto?

- () 0 a 3;
 () 4 a 5;
 () 6 a 8;
 () nove;
 () 10.

**0 a 3=01; 4 a 5=01;
 6 a 8=27; 9=18 e 10=53.**

53% dos entrevistados deram nota 10 ao projeto de prevenção, apenas 2% dos entrevistados deram nota menor que 5, e o mais importante é que todos elogiaram a iniciativa da PMGO, no município.

5) O projeto de prevenção às drogas tem como objetivo evitar que pessoas que ainda não tiveram contato com as drogas, venham ter e infelizmente entre para o mundo do crime, contribuindo assim para maior insegurança da sociedade. O Senhor(a) acredita que este objetivo **ESTA SENDO** alcançado?

- () Não;
 () Parcialmente;
 () Plenamente.

**NÃO=02;
 PARCIALMENTE=83;
 PLENAMENTE=15.**

As pessoas entrevistadas disseram acompanhar o trabalho da PMGO, no município, através dos programas de rádio, internet, e circulam, na cidade de Jaraguá, boato de que traficantes não estão conseguindo trazer mais drogas para o município. Disseram também que percebem que o numero de usuários de drogas parece estar diminuindo.

6) Sobre a continuidade do projeto de prevenção às drogas, qual a opinião do Senhor (a)?

- () Não deve continuar,
 () Deve continuar da mesma forma que ocorreu;
 () Precisa continuar, com melhorias.

**NÃO DEVE CONTINUAR=01;
 DEVE CONTINUAR DA MESMA FORMA QUE OCORREU=10 E
 PRECISA CONTINUAR COM MELHORIAS=89.**

Pudemos observar que 99% dos entrevistados desejam a continuidade do projeto de prevenção às drogas. 89% sugeriram maior parceria com outros órgãos públicos e que o período de realização seja maior que o ano passado, 10% disseram que devemos continuar como foi realizado no ano de 2011, pois nunca viram a PM trabalhar desta forma no município, anteriormente.

ANEXOS

ANEXO A - RELATOS DAS AUTORIDADES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A.1 - REPRESENTANTE CATÓLICO

O padre Genésio, coordenador das ações no município de Jesópolis, relata que FALTAVA UMA FARDA e assim discorre:

É dado evidente e incontestável, que um dos maiores, senão o maior gargalo do nosso mundo atual chama-se dependência química. Na busca de compreensão do problema, urge salientar que os fatores do seu desencadeamento são múltiplos e logicamente multiplicados deverão ser também as causas no diagnóstico e as tentativas de possíveis soluções.

Concorrem fatores culturais, sociais, econômico-financeiros, educacionais, políticos, ideológicos, etc. Não deixa de ser verdade que o desafio é tão antigo quanto à humanidade ou que vem aumentando na medida em que ela própria aumenta quantitativa e qualitativamente. E quando hoje, a humanidade chega aos 7 bilhões, perguntamo-nos com o autor das Sagradas Escrituras Senhor, que é o homem?

E nessa pergunta incluímos a outra: por que o homem se mata com as drogas e por que o homem pós-moderno, tendo vencido enfermidades (tuberculose, hanseníase, poliomielite...), tendo aumentado a perspectiva de vida, tendo alcançado recorde em vencer distâncias, seja no deslocamento, seja na troca de informações, melhor: por que o homem pós-moderno se mata mais ainda e com mais velocidade?

A área específica do meu trabalho, sou Sacerdote Católico, constituí um ótimo observatório do ser humano. Desde seminarista, quando de férias no interior do estado, sensibilizei-me com o problema social das drogas especialmente no seio da esperançosa juventude. Há duas décadas o crack nem se incluía no rol das principais drogas no mercado de entorpecentes. Falava-se com frequência de maconha, de cocaína, de merla, etc. Desde então, nunca quis fechar os olhos e nem permitir que os outros ao meu redor o fizessem em relação a esta chaga social. No início de 2010 foram apreendidos cerca de 150 quilos de crack em Gyn. No ano anterior foi apreendido só um quilo, conforme Miguel dos Reis. (Psicólogo e Psicanalista da Secretaria Estadual da Saúde para o Face a Face de O Popular, no dia 10/4/210. Hoje Gyn é cracolândia.

Alguns dados: a pasta-base do crack é feita nos estados do Acre, do Amazonas, de Rondônia e oeste de Mato Grosso. O caminho da droga: Bolívia, Cáceres (MT), Cuiabá (MT) e Jataí; depois segue para Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Uma menor parte fica em Goiás. Rotas terrestres: BR-158, BR-555, GO-184. Rotas aéreas: pistas em florestas e pistas clandestinas na Bolívia e na Colômbia. Preços da droga: Pasta-base: 2mil e 3 mil o quilo , para buscar na floresta. Coca-base: 12 mil o quilo sem o transporte. Cocaína: 15 mil o quilo que podem ser misturados e cada quilo rende 5 quilos. Crack 5 a 10 reais a pedra (c/ 1 grama aprox.). Oxi e crack são a mesma coisa. (Fontes O Popular, 13/11/2011, citando Gerência do Laboratório de Química Forense da Sup. da PF GO, Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado da PF em GO e Denarc).

O crack em Goiás em pesquisa da CNM (Confederação dos Municípios). 188 municípios goianos (76,42% do total de 246 responderam a CNM.)

9,4% (18) possuem programa de combate ao crack.

90,96% (170) não possui;

50,53% (95) realizam campanha de combate ao crack;

49,47% (93) não realiza;

2,13% (4) já têm convênio com o Governo Federal para recursos;

97,87% (184) não fez convênio;

5,85% (11) possuem CAPS;

94,4% (177) não possuem;

Profissionais que atuam nos CAPS: 18 psicólogos; 11 assistentes sociais; 14 médicos; 12 enfermeiros e 27 outros profissionais.

(fonte: O Popular 8/11/2011)

Minha experiência de vida inclui estágios por diversas cidades de grande porte como Goiânia, de médio porte como Anápolis, Patos de Minas, Araxá e também cidades pequenas como Corumbáiba, Ipameri, Caldas Novas, S. Antônio, Nerópolis, Nova Veneza, Ouro Verde, Cocalzinho e Girassol, Águas Lindas (entorno de Brasília), S. Francisco, Jesópolis, Jaraguá; abrangem também vivências em países da Europa como Itália (Roma) e Espanha (Navarra). Constatei na prática que num mundo globalizado tudo é globalizado também; cidades pequenas possuem entraves sociais de metrópoles (drogas, prostituição infantil, terrorismo), sem, no entanto contarem com os mesmos recursos humanos, financeiros e técnicos daquelas. Quando incluo o terrorismo, valeria a pena lembrar a assustadora experiência de ter vivido perto dos jovens e adeptos do movimento separatista basco chamado

ETA. Sou testemunha de um carro-bomba que explodiu a poucos metros da Universidad de Navarra. E a cidade não era Madri, era a pacata cidade de Pamplona. Em S. Francisco de Goiás, uma mãe de família afirmou-me que tinha vindo de Goiânia para o interior na esperança de salvar o filho, de 15 anos, entre vírgulas das drogas, e qual não foi a surpresa dela ao constatar que o interior tem suas cracolândias muito bem equipadas. Procuramos encaminhar o filho dela à Fazendinha de Damolândia, onde ele passou um mês que se não lhe resolveu de todo o problema, ao menos deu-lhe tempo de se desintoxicar, e à mãe, chance de pensar numa outra estratégia que parece ter funcionado: esconder-se no campo com a família, longe dos fornecedores.

Vários fatores colaboram para este triste quadro nas pequenas cidades: os pequenos centros urbanos têm redes de tráfico e consumo bem montados a ponto de reporem pessoal de venda e revenda, quando da prisão de algum traficante; os que vivem do tráfico, inclusive, preferem as cidades de pequeno porte, seja pela facilidade de abordagem junto aos moradores, seja pelas inúmeras rotas de fuga em caso de ação repressora; o baixo contingente de militares disponíveis somado, às vezes, à falta de logística de combate ao crime para as enormes demandas da segurança. Residindo em S. Francisco e Jesúpolis, tomamos, a peito, esta tarefa ou missão de articular uma ação contra as drogas que tivesse ao menos teoricamente três frentes de trabalho: prevenção, tratamento e incentivo à repressão (esta frente com as autoridades militares). Em seguida, explicarei porque ao menos teoricamente. Vale lembrar que os dois padres da Paróquia (Pe. Peter Lechermann e Pe. Genésio Lamunier Ramos) e alguns fiéis fizemos um curso de capacitação, na PUC em Goiânia, sobre entorpecentes, em geral. Não perdíamos oportunidade (missas, teatros de semana santa, aglomerações, rádio) de trabalhar nesta ação, de formar, de informar, de articular a ação preventiva e restauradora. Começamos a reunir lideranças do comércio, poderes executivo e legislativo, famílias, escolas, igrejas, associações, etc. No início o CRAS de Jesúpolis funcionou como carro-chefe desta ação. Fizemos ao menos a 3 grandes reuniões com pauta de estudo, relatórios, propostas, programas, enfim, tudo como manda o figurino... Resultado: nossa ação teve passos significativos como diversas palestras organizadas por escolas e conselhos tutelares; uma noite de palestras e depoimentos com a presença da Promotora, do Capitão da PM, do Prefeito, dos vereadores, de educadores, de familiares e um enorme número de adolescentes e jovens. Cumpre salientar os testemunhos carregados de esperança de jovens “limpos”, recuperados. No entanto, diante da tão almejada e planejada campanha era frustrante não conseguir tirar do papel a prática de tantas boas ideias. Não

faltaram choques de discussões acaloradas entre os participantes a respeito de como seria o trabalho (se prevenção, se combate, se tratamento), se o foco seria a família, e quem coordenaria as atividades. Mas, penso que ao lado de certa fuga pelo comodismo a principal causa da pulverização dos esforços foi psicológica: o medo que saía pelos poros. Se em qualquer lugar do planeta é desafiador trabalhar esta questão das drogas, imaginem romper paradigmas em cidades do porte de S. Francisco de Goiás e Jesópolis. Explico porque ao menos teoricamente a campanha tinha 3 frentes de trabalho. A frente repressora ou de combate, não podíamos contar com ela. No início, houve um consenso tácito e mesmo pronunciado em não se contar com a polícia local, devido ao enorme descrédito dos cidadãos de bem, quanto aos seus serviços de segurança pública. E foi justamente a farda que criticávamos que nos escudou deste medo. Bem verdade que não censurávamos a farda em si, mas o seu mau uso ou seu abuso. No início de 2010, travei conhecimento com o Capitão Lusdenes Rodrigues Alencar que ministrava uma palestra de prevenção no Colégio Estadual de S. Francisco para professores, autoridades e demais interessados. Aliás, se tinha alguém ali interessado nisto era justamente eu. Inclusive constatei que não deram tanto espaço de tempo e prestígio a quem tinha tanto a nos dar em termos de segurança, de experiência, de prevenção, etc. O Capitão, auxiliado por um soldado que lhe manejava as páginas do data show, discorria fluentemente e com competência sobre o assunto. Indaguei algumas vezes com perguntas e comentários até que o militar explanou a respeito da campanha contra as drogas de S. Terezinha de Goiás. A esta altura notei o quanto estava diante do homem certo ou da pedra que faltava no nosso quebra-cabeças. Movido pelo sentimento de urgência eu lhe propus: vamos repetir a dose aqui, Capitão! (aqui posso falar do trabalho feito em toda a Comarca). A reação dele foi engraçada e interessante: sabem quando você pede com facilidade algo muito difícil de ser feito e que requer ponderação, amadurecimento, reflexão em quem tem maturidade e prefere não responder ou comprometer-se com algo que ainda não decidiu fazer? Foi a reação dele. Ele não queria responder por responder naquele momento, mas dar uma resposta alicerçada na firme vontade de executar um plano no momento certo. De minha parte a pergunta era de alguém engajado e da parte do Capitão a resposta queria ser de alguém engajado também, mas naquele momento ele estava chegando ao nosso território. E pouco depois foi o que aconteceu: a campanha foi um sucesso em Jaraguá, em S. Francisco de Goiás em Jesópolis. E vamos repetir a dose em Terezópolis e Goianópolis. É só uma questão de tempo... 2012! Lembro-me do jornalista que chegou à Goiânia no início da década de 80. Foi encarregado pelo chefe da redação da página policial. Naqueles idos que não são

tão remotos não conseguia matéria para mais que meia página. Hoje, o jornal inteiro não lhe basta para escrever tanta barbaridade. Os jornais jorram sangue.

O Secretário de Segurança e o novo Coronel da PM, após constatar o aumento do crime em Goiás e tendo selecionado bem, os homens da ROTAM, decidiu devolver a cor preta que distingue a corporação. Parabéns pela sábia decisão! Não podemos ingenuamente e irresponsavelmente aguardar que o homem seja virtuoso ou que agirá nos limites do bom senso. Ao contrário, estamos lidando com pessoas bastante degeneradas com alto nível de periculosidade, fruto de um mundo adoentado pelos entorpecentes que aumentam a criminalidade. Só nos resta coibir. A farda policial, a viatura são fatores inibidores do crime: é evidente.

Diversas vezes, durante a campanha, falei aos cidadãos, especialmente crianças e jovens, apontando os militares fardados, e repito aqui o testemunho: precisamos desta farda! Amemos esta farda! Que os militares a amem como símbolo de paz, de segurança, de honra, de mérito! Que nunca a manchem com o crime, com a mentira, com o suborno! Que os cidadãos a começar pelos familiares dos PMs estimemos esta mesma farda, precisamos dela, não vivemos nos nossos dias sem esta farda, com ela vencemos o medo, nela nos apoiamos. Se alguns não a honraram, esta tristeza confirma mais ainda o seu valor e sua necessidade numa sociedade hierarquicamente organizada pelos homens que reflete a ordem hierárquica do Criador que planejou um mundo harmônico em que cada um tem um papel importante, e o do militar é como um bom anjo (bombeiro, policial...) velar por nossa segurança.

A.2 - REPRESENTANTE ESPÍRITA

O Representante espírita, Sr. Joaquim, descreve a atuação da PM nesta campanha da seguinte forma:

Descrever a atuação da PM seria como as águas de um rio descrever o leito por onde se vertem; o caminheiro não opinar sobre as trilhas que o guiam no rumo a seguir; o timoneiro do barco emitir informes sobre os ventos que o impulsionam.

Na pessoa do Capitão Lusdenes a PM esteve na coordenação de praticamente todos os eventos. Arregimentou ações de mobilização popular em toda a sua área de atuação, unindo os três municípios (Jaraguá, Jesópolis e São Francisco de Goiás).

Não desprezou nenhum esforço de cooperação por menor que parecesse; conclamou toda a sociedade organizada a se unir em torno dos objetivos propostos; trouxe

para os foros de debates sobre o assunto todas as classes sociais; nenhum seguimento social foi olvidado e a todos foi capaz de sensibilizar.

Ex-usuários de drogas juntaram-se ao projeto, emocionando autoridades e população... Estudantes... poetas... atores... compositores... todos deram inequívocas demonstrações de emotividade em suas manifestações artísticas e intelectuais abordando de forma contundente o tema da campanha.

Autoridades de todos os poderes atenderam aos seus apelos aderindo-se, sem reservas ao projeto... o comércio, a indústria, profissionais liberais, funcionários de todas as categorias constituíram alvo de suas convincentes convocações para o envolvimento na Campanha.

A atuação da PM nesse Projeto foi decisiva para desencadear um processo extremamente positivo para a segurança pública local, aproximando população/PM, que tem gerado grandes benefícios à sociedade jaraguense.

Ainda a PM, nessa atuação, ganhou espaço na imprensa local, fortaleceu vínculos com os poderes executivo e legislativos locais.

Além de reacender esperanças naqueles que imaginavam que tudo estava perdido e que ninguém pensava na dor de quem convive com a droga.

Foi assim a atuação da PM, ficamos na expectativa de que algo mais possa advir como conseqüência positiva de toda aquela movimentação em torno de tema que nunca esgotará na pauta das necessidades sociais de nossos dias, mormente no tocante ao aflitivo lamento das famílias em cujo seio a droga continua a grassar com seu rolo compressor a minar suas estruturas.

A.3 - REPRESENTANTE EVANGÉLICO

O representante evangélico Pastor da Igreja Assembléia de Deus, Pr. William da Silva Junior, parabenizou a PMGO pelo proffícuo trabalho desenvolvido à frente da Campanha Contra as Drogas, através do Ofício nº 071/12, datado de 13/03/12, que contém o seguinte teor:

Senhor Comandante:

Ao largo de parabenizá-lo pelo profícuo trabalho desenvolvido à frente da Campanha Contra as Drogas. Sabedores que este é um desafio de todos nós, respondemos positivamente conclamando todo o nosso povo para participar do projeto.

Mobilizamos os nossos departamentos internos e chamamos a todos os nossos membros para entrar nessa luta visando conscientizar as pessoas da força destrutiva e escravizante das drogas. Seguindo nessa direção, foram realizados encontros, teatros, palestras, debates e outras atividades do gênero, alvejando despertar em nossa comunidade evangélica e em toda a sociedade uma conscientização da necessidade premente de se unir em torno de uma frente pluralista de combate contra as drogas, com a participação de todos.

Obviamente que a família esteve no foco do alvo que atacamos. Pois é ela a maior prejudicada e ao mesmo tempo em que é a mais interessada em se libertar do poder dos traficantes. As famílias foram chamadas a participar do debate proposto por essa ação conjunta e pudemos contribuir substancialmente para, no mínimo, despertar o interesse pelo assunto em tela.

Tentando mostrar que o tema não pode ser ignorado por nenhuma família, haja vista que esse mal pode bater na porta de qualquer um, foram desenvolvidas atividades de inserção do selo “DIGA NÃO ÀS DROGAS”, em nossos materiais gráficos de divulgação dos eventos da Igreja Assembléia de Deus de Jaraguá.

A nossa participação nesse projeto não só foi positiva do ponto de vista da participação do nosso povo, como também, e principalmente, nos resultados alcançados. Logramos êxito.

Parabenizamos e reconhecemos o esforço de todos envolvidos nesta frente de batalha que não tem fim, em especial àqueles que estiveram na frente do confronto, como a Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado representada pela 2ª Cia de Polícia Militar na pessoa de seu comandante. Atenciosamente.

**ANEXO B – PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS –
JARAGUA/GOIÁS**

PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS

JARAGUÁ – GO



2011

1. COORDENAÇÃO

Equipe Organizadora: Marianna Azevedo Lima, Vera Lúcia Bravo, Lusdenes Rodrigues Alencar, Gláucia Matias dos Santos, Thiago Abdala de Moraes.

2. PÚBLICO ALVO

O público alvo do presente projeto será toda comunidade de Jaraguá, São Francisco e Jesúpolis.

3. PARCEIROS

Os parceiros do projeto serão as seguintes instituições:

- Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Câmara Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público, Imprensa em Geral, Fundação Grace Machado, Igrejas (Evangélicas e Católicas), Fundação Nossa Senhora da Penha, Lions, Maçonaria, Pastoral da Educação, Defesa Civil Municipal / Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Conselho de Segurança, Sindicatos, Setor Privado, Comunidade em geral, Associação Comercial, CDL, Universidades, Escolas Municipais, Estaduais e Privadas.

4. FINALIDADE

Despertar nas comunidades o espírito de prevenção contra o uso indevido as drogas através do conhecimento adquirido, criação de políticas públicas e atuação por parte de cada instituição.

5. OBJETIVO

5.1. OBJETIVO GERAL

Mobilizar as comunidades de Jaraguá, São Francisco e Jesúpolis para detectar seus anseios e expectativas na prevenção e ao combate ao uso indevido de drogas.

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

-Reunir com Autoridades civis, militares e eclesiásticas, Associação Comercial e CDL;

-Efetuar o Contato de todas as autoridades.

- Ministras palestras aos Multiplicadores (Professores);
- Ministras palestras em todas as escolas;
- Buscar parcerias público e privadas;
- Mobilizar toda a comunidade na participação do projeto;
- Criar o slogan e logomarca da campanha;
- Efetuar uma carreatas alusiva a campanha;
- Criar o dia da paralisação na semana nacional contra as drogas;

6. JUSTIFICATIVA

Não adianta lutar contra o tráfico, enquanto crime, e esquecer de lutar contra às causas que levam as pessoas ao consumo e a dependência química. O combate às **drogas** deve se dar também no âmbito educacional, psico-social, econômico e até mesmo espiritual.

7. ESTRUTURA DE DECOMPOSIÇÃO DO PROJETO

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES					
METAS		MESES			
		MAR	ABR	M AI	JUN
1. Reuniões Autoridades civis, militares e eclesiásticas Associação Comercial e CDL Contatos de todas as autoridades		X			
2. Criação de uma equipe para avaliação dos trabalhos.		X			

<p>3. Escolas</p> <p>O Tema “DROGAS” deverá ser trabalhado pelos Educadores através:</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Criação do slogan e a logomarca próprios da Campanha. -Palestras. -Redação; -Poesias; -Cartazes; - Teatros; - Apresentações artísticas; -Criação de músicas - Atividades Esportivas 	X	X		
<p>4. Igrejas</p> <p>O Tema “DROGAS” deverá ser trabalhado pelos representantes através:</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Criação de músicas -Apresentação Artísticas. 	X	X		
<p>5. Confeção das camisetas, adesivos, bonés e objetos alusivos à Campanha.</p>			X	X	
<p>6. Escolas e Igrejas</p>	<p>Confeção de Faixas alusivas à semana de mobilização.</p>				X
<p>7. Palestra aos multiplicadores (Professores)</p>	<p>Palestra com Major PM Vânia Maria (Toxicologista)</p>		X		

8. Solicitar Parcerias: Ministério Público, Dr. Erisval, Polícia Civil (Escolas Sem Drogas),			<input checked="" type="checkbox"/>		
9. Carreata alusiva a Campanha.					
10. Corrida contra o Crack.	CANCELADA				<input checked="" type="checkbox"/>
11. Dia da Paralisação com apresentações dos alunos.					

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de ações para uma sociedade mais segura não exige o dispêndio de grandes recursos, mas a mobilização intensa a fim de trazer resultados significativos.

As drogas podem gerar um custo social e econômico muito grande para a sociedade através dos crimes e atos infracionais cometidos, devido ao uso indevido das drogas.

Para isso necessitamos do engajamento das instituições e uma efetiva adesão da comunidade neste projeto social, com um intuito de uma transformação sociocultural da comunidade despertando a sociedade organizada a assumir suas responsabilidades.

Comissão Organizadora do Projeto

*Lusdenes Rodrigues Alencar
Thiago Abdala de Moraes
Gláucia Matias dos Santos
Vera Lúcia Silveira Bravo
Marianna Azevedo Lima
Pe. Genésio Lamunier Ramos*

ANEXO C - MÚSICA CRIADA

JARAGUÁ – GO, 07 DE ABRIL DE 2011

JARAGUÁ A DROGA NÃO É VIDA!!!

LETRA E MÚSICA: JOAQUIM RODRIGUES DO PRADO

DEM COMIGO MEU AMIGO! DEM COMIGO MEU IRMÃO!
SE VOCÊ ESTÁ SEM RUMO, PROCURANDO DIREÇÃO;
SENTE UM POUCO, AQUI COMIGO E ME DÊ SUA ATENÇÃO,
TODOS NÓS TEMOS PROBLEMAS, PARA TUDO HÁ UMA SOLUÇÃO!

MUDE DE ATITUDE AGORA; COMECE HOJE A PREVENÇÃO,
A DROGA É UM BECO SEM SAÍDA, A DROGA NÃO É VIDA NÃO!

REFRÃO:

**DEM! SUA FAMILIA QUER VOCÊ, SEUS PAIS TE AMAM E QUEREM TE VER...
ELES NÃO QUEREM TE PERDER!
DEM SUA FAMILIA QUER VOCÊ, ELES TE AMAM E QUEREM TE VER;
DEIXE AS DROGAS, DEM VIVER...**

JARAGUÁ A DROGA NÃO É VIDA!
JOVEM, PARA A DROGA DIGA NÃO.
ELA DESTROI O SEU FUTURO.
JESUS É A SOLUÇÃO!

REFRÃO:

**DEM! SUA FAMILIA QUER VOCÊ, SEUS PAIS TE AMAM E QUEREM TE VER...
ELES NÃO QUEREM TE PERDER!
DEM SUA FAMILIA QUER VOCÊ, ELES TE AMAM E QUEREM TE VER;
DEIXE AS DROGAS, DEM VIVER...**